

Direitos sociais e empreendimentos de economia solidária: Um estudo de caso sobre os avanços e limitações no processo de incubação da Associação Maria Efigênia de João Monlevade

Social rights and undertakings of solidarity economy:
A case study on the advances and limitations in the incubation process of the Maria
Efigênia Association in João Monlevade

Larissa Lemos de Moraes Bruna Junqueira Bruce Dayane Verônica Braga Mendes Izabel Cristina da Silva Liziane Bruna Barcellos

RESUMO

Os problemas sociais, bem como as suas consequências, podem ser minimizados com a ajuda de empreendimentos que lutam por essas causas. Nesse sentido a Associação Maria Efigênia tem como principal objetivo combater os problemas da desigualdade com a produção de uma multi mistura como reforço nutritivo e doação de alimentos e roupas para pessoas necessitadas da comunidade. O objetivo geral desse artigo é apresentar a associação, caracterizada como direito social bem como seus avanços e limitações observados no processo de incubação. Em um primeiro momento foram descritas os principais temas constituindo o referencial teórico, abordando os principais aspectos da economia solidaria como autogestão e associações. Para cumprir o objetivo do artigo foi utilizada uma pesquisa qualitativa, em que de forma descritiva são apresentados os resultados.

Palavras-chave: Direitos sociais. Autogestão. Associações. Economia Solidária. Incubação.

ABSTRACT

Social problems, as well as their consequences, can be minimized with the help of enterprises struggling for these causes. In this sense, the Maria Efigênia Association, whose main objective is to combat the problems of inequality with the production of a multi-mixture as a nutritious reinforcement and donation of food and clothing for people in need in the community. The general objective of this article is to present the association, characterized as social law as well as its advances and limitations observed in the incubation process. At first, the main themes were described, constituting the theoretical reference, addressing the main aspects of solidarity economy as self-management and associations. To achieve the objective of the article, a qualitative research was used, in which the results are presented in a descriptive way.

Keywords: Social Rights. Self-management. Associations. Solidary economy. Incubation.



INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais brasileiros têm cada vez mais firmado a identidade e validade da economia solidária e seus princípios. Associações, cooperativas, empreendimentos solidários e outros são uma forma efetiva de conceber um cenário social democrático e equitativo e de organizar econômica e socialmente pessoas que até então não estavam inseridas no excludente sistema capitalista.

Paralelamente à existência desses empreendimentos, percebeu-se a necessidade de criar uma possibilidade de apoio à formação e consolidação desses. Visto que o principal sistema econômico vigente é massacrante e opressor e a possibilidade de perca da essência solidária é passível, despontam as incubadoras tecnológicas para fortalecer a causa.

A finalidade do trabalho dessas é fomentar e incentivar o desenvolvimento de empreendimentos solidários, incentivando a prática dos princípios da economia solidária. A assessoria dessas organizações é uma via de mão dupla em que o conhecimento e experiências do saber popular associa-se ao saber acadêmico.

O presente artigo tem como objetivo analisar as atividades da Associação Maria Efigênia (AME) na perspectiva da economia solidária, direitos sociais e a efetividade da incubação realizada pelo laboratório de extensão Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto ao empreendimento.

Este artigo esta estruturado em cinco secções além da introdução, a secção dois tratará o contexto em que surge a Economia Solidária e suas implicações, a secção três irá abordar o conceito de empresas Autogestionárias como nova forma de gestão. A secção quatro abordará o uso das redes de cooperação solidária como vantagem competitiva. E as considerações encerram este artigo na quinta secção.

REFERENCIAL TEÓRICO

Economia solidária

Ainda considerado um conceito abstrato, mas amplamente utilizado no mundo, Singer (2002) caracteriza a economia solidária (ES) como sendo uma "outra economia" e "outro modo de produção" que tem como resultado a solidariedade e a igualdade. Mostra-se como uma alternativa de organização econômica e social que se opõe ao sistema capitalista, que de acordo com Santos (2002), tem como



principais características a produção de uma desigualdade crescente de recursos e poder e a divisão entre capital e trabalho.

O mundo globalizado apresenta um enorme desenvolvimento econômico, mas o capitalismo, segundo Guerra (2008) é excludente e não consegue absorver o número de trabalhadores que oferecem sua força de trabalho. Diante desse fator e da necessidade de que a classe marginalizada estivesse inserida no mercado, surge na Inglaterra no final do século XIX outro tipo de economia, a solidária, que é uma resposta ao crescimento desse sistema financeiro.

Baseada nos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão e liberdade individual a ES é uma estratégia de combate ao desemprego e a desigualdade social como o exposto:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão por um emprego, a oportunidade de se reintegrar a produção por conta própria individual e coletivamente. (SINGER, 2000, pg. 138)

No Brasil tem conquistado espaço através dos movimentos sociais designados por associações, cooperativas, grupos de trabalho e outros empreendimentos solidários, abrangendo e oferecendo oportunidade para pessoas excluídas social e economicamente.

Desde a fase ditatorial da década de 70 e o aumento da inflação, vários setores públicos decaíram, houve uma fragilização na legislação trabalhista no que tange à admissão e demissão de funcionários, o que favoreceu as empresas e um grande investimento por parte das corporações em tecnologias que substituíssem a mão de obra humana. Tais fatores geraram uma grande diferença entre os salários dos trabalhadores de base, motivando grande insatisfação da massa operária.

Diante disso, em um breve histórico feito pelo Fórum Brasileiro de Economia solidária, nos anos 80 houve uma expansão das ideias da ES pelo país, em destaque as regiões norte e nordeste e nos anos seguintes foi ganhando força.

No ano de 2001 foi impulsionada a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a partir de discussões ocorridas na oficina de "Economia Popular Solidária e Autogestão" do I Fórum Social Mundial (I FSM). Nesse mesmo evento constituiu-se um Grupo Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), formado por



redes, organizações e pessoas interessadas na articulação e participação nos assuntos relacionados à ES.

Em 2002 foi elaborada e aprovada a Carta ao Governo que reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) na I Plenária Brasileira de Economia Solidária. No ano seguinte, na terceira plenária foi oficialmente criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária com o empenho de propiciar um intercâmbio de interesses sociais, econômicos e políticos com a SENAES.

Tais órgãos são atualmente os principais mantenedores da causa e que dão o respaldo para que a economia solidária prospere no país.

Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares/ITCP's

As incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) começaram a surgir no Brasil em meados da década de 90 a partir da iniciativa da unidade que coordena os programas de pós-graduação em engenharia da UFRJ, a COPPE como um programa de extensão universitária. Segundo Gaivizzo (2008) foi organizada como "um centro de apoio e assessoramento às iniciativas econômicas que tivesse como proposta seguir os princípios propostos pela economia solidária".

Como afirma Guimarães (1999, p.11) o "objetivo inicial das incubadoras é organizar, formar e requalificar trabalhadores para possibilitar a entrada no mercado formal de trabalho – seja através de empresas autogeridas ou cooperativas". Corroborando com essa ideia, a ITCP – COPPE/UFRJ acrescenta que as incubadoras têm como objetivo disponibilizar o conhecimento acadêmico contribuindo para a formação e consolidação de iniciativas econômicas autogestionárias, viáveis economicamente e geridas solidariamente.

Por ser constantemente questionada sobre seu papel nas resoluções dos problemas sociais brasileiros, começou com um contato com comunidades interessadas em iniciarem cooperativas de trabalho. Segundo Cruz (2004) a ideia foi unir dois grandes programas de erradicação do desemprego, as incubadoras de empresas e o de qualificação para o trabalho. Ambos eram promovidos e incentivados pelo Governo Federal, mas não obtinham resultados suficientes, já que as taxas de desemprego continuavam a subir.



São inspiradas na dinâmica de defesa e elevação dos direitos humanos e sociais, contra a fome e miséria por meio da geração de trabalho e renda. A partir da experiência da UFRJ outras universidades começaram a construção de novas incubadoras, e tão logo, em 1998, foram criadas a "Rede de ITCP's" e a "Rede UNITRABALHO" que fortaleciam as incubadoras e incentivavam o aparecimento de novas. Essas redes têm como objetivo dar suporte à formação e consolidação de cooperativas populares e outras iniciativas econômicas solidárias.

A existência das incubadoras sociais é intrínseca à extensão universitária, que é um dos pilares da função acadêmica das Universidades. Conforme Jezine (2004) é um processo educativo que deve estar associado com o ensino e a pesquisa e "relacionar os diversos saberes, em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social" numa perspectiva de vincular universidade e sociedade, "como oportunidade de troca de saberes."

Visto a necessidade e importância das incubadoras, cada vez mais universidades brasileiras têm adquirido e apoiado a ideia, e hoje no Brasil, segundo estatísticas da Rede, disponíveis em sua página online, atualmente 60 incubadoras a compõem, envolvendo diretamente cerca de 200 docentes e pesquisadores, 750 estudantes, 200 técnicos, 330 grupos acompanhados e 7 mil trabalhadores associados em empreendimentos solidários.

Como todo trabalho que envolve e segue os princípios da economia solidária, as ITCP's se confrontam com alguns desafios na sua atuação. Conforme Cruz (2004) são desafios de cunho econômico (que dizem respeito à organização, funcionamento e sobrevivência dos empreendimentos no mercado), pedagógico (na capacitação dos trabalhadores) e sócio-político (que é a construção da autonomia do trabalhador em relação à incubadora).

O trabalho da incubadora dentro do empreendimento deve ser visto muito além da perspectiva de assessoria técnica. É importante que os participantes do processo de incubação compreendam a realidade do empreendimento com um sentimento de empatia para com o mesmo.



Empreendimentos autogestionários

No mundo atual, o sistema capitalista implantado em nossa economia, gera disparidades na distribuição de renda e nas oportunidades concebidas aos trabalhadores.

Com o intuito de reverter esse tipo de problema, surge uma nova forma de gestão empresarial baseada na autogestão, que deve viabilizar soluções eficazes com a participação democrática de todos os membros. Para isso utilizam um modelo de organização que sustente relações igualitárias, baseada na participação democrática da gestão, onde o processo de tomada de decisão é realizado de forma compartilhada e transparente.

De acordo com a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias - ANTEAG (2009), autogestão se caracteriza como um modelo de organização coletiva na qual o elemento essencial é a democracia, envolvendo a participação integral dos membros do grupo, acesso total às informações, conhecimento dos processos e, sobretudo, autonomia e autodeterminação.

Neste sentido a autogestão se identifica com a economia solidária e pode ser o tipo de gestão praticada por cooperativas, associações de trabalhadores, empresa Ltda, etc.

Pode-se entender as associações como um espaço de desenvolvimento da democracia em grupos que lutam por alguma causa com a tentativa de se ter ampla participação nas decisões políticas. Assim, "os processos sociais geram um fenômeno social muito importante: o grupo social" (AMMANN: 1978; p. 55).

As empresas autogestionárias podem ser descritas como:

organizações baseadas no trabalho coletivo, configurando-se como uma organização, na qual ocorre à associação de pequenos produtores no desenvolvimento das atividades de produção para se estabelecer no mercado local, onde partes dos ganhos são repartidos entre os membros e a outra convertidos em benefícios para a região onde se encontram estabelecida, não levando em conta sua estrutura interna de gestão, mas sim a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos, que garantiram sua sobrevivência e sua auto-sustentação no mercado. (SILVA e SILVA, 2014, p.4)

De acordo com Azevedo (2003), nos empreendimentos autogestionários o conhecimento dos trabalhadores são conhecimentos adquiridos com a prática, experiência. É o conhecimento formado a partir do aprender fazendo, ou seja, são conhecimentos técnicos de produção. Nesse sentido existe uma carência em



conhecimentos técnicos de planejamento estratégico, questões mercadológicas. A falta desses conhecimentos dificultam o crescimento dos empreendimentos face aos desafios do mercado.

Direitos sociais

Ao longo de centenas de anos, o processo de desenvolvimento e consolidação dos direitos sociais sofreu diversas transformações no que tange a sua abrangência e representatividade. Segundo Comparato (2010), as declarações que ocorreram em meados do século XIX, como a norte-americana e a Revolução Francesa, foram eventos cruciais para o início da busca pelos direitos sociais. Além disso, os acontecimentos simbolizaram a conquista do cidadão diante dos grupos aos quais ele sempre subordinou-se como, por exemplo, a família, o estado e as entidades religiosas.

Em contraparte, a elevação da posição social do indivíduo na sociedade ao longo da história, acarretou a perda de proteção por parte dos grupos dominadores. A partir disso, o cidadão viu-se à deriva, submetido às condições precárias daquela época, sem direito ao mínimo de recursos para atender as suas necessidades essenciais. Entretanto, para amenizar tal situação, a sociedade liberal passou a oferecer a suposta segurança da legalidade, com a garantia de igualdade de todos perante a lei.

Ao decorrer dos anos, já com o avançar do movimento capitalista, os trabalhadores enxergaram-se compelidos a exerceram suas atividades nas grandes indústrias fabris, sem garantias de qualidade de vida. Hipocritamente, a lei reforçava os laços igualitários entre patrão e empregado, porém tal igualdade revelou-se fútil e dissimulada, acarretando na luta pelo reconhecimento por parte dos trabalhadores.

Ferreira Filho (2009) aborda que a desigualdade de riqueza possui como causador o liberalismo econômico. Tal situação ocorre a partir de uma livre iniciativa em um mercado concorrencial, proporcionado pelas instituições e sem qualquer intervenção do estado (Estado abstencionista). A partir disso, em contrapartida ao enorme acúmulo de riqueza das grandes organizações, a classe trabalhadora contava com condições precaríssimas de vida.

Sendo assim, os trabalhadores passaram a organizar-se na forma marxista da luta de classes, situação que ameaçava as instituições liberais e, por decorrência lógica, a estabilidade do desenvolvimento econômico. Ferreira Filho (2009) aborda



que a partir desse contexto originaram-se argumentos favoráveis ao reconhecimento do direito de ter-se um trabalho, à subsistência, à educação e à saúde, por exemplo.

Já Comparato (2010), aborda que os direitos sociais se constroem pela execução de políticas públicas que visam garantir apoio e proteção social aos mais necessitados, ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente.

Abordando, por exemplo, o direito à saúde, Canotilho e Moreira (2012) afirmam que existem duas vertentes: uma que consiste no direito a exigir do Estado (ou de terceiros) que se abstenha de qualquer ato que prejudique a saúde e a outra que significa o direito às medidas e prestações estaduais visando à prevenção das doenças e ao tratamento delas.

A partir disso, a necessidade de garantir tais direitos impulsiona o crescimento e desenvolvimento de órgãos que buscam realizar ações e atividades para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população. Algumas dessas entidades podem ser consideradas as organizações não governamentais, associações, grupos de trabalho, cooperativas, entre outros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do trabalho, os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisas bibliográficas e documentais, contato com os membros e associados vinculados ao empreendimento e aplicação de questionários.

Quanto à natureza a metodologia utilizada classifica-se como qualitativa, uma vez que se caracteriza como uma pesquisa direcionada, em que não há intenção de apresentar dados numéricos e estatísticos resultantes de hipóteses e variáveis. Além disso os dados produzidos são resultados descritivos.

De acordo com Bauer e Gaskell (2005, p.30), "a pesquisa qualitativa é muitas vezes de tratá-las como objetos, cujo comportamento deve ser qualificado e estatisticamente modelado".

Quanto ao tipo de pesquisa realizado, pode-se defini-la como pesquisa-ação que consiste em pesquisar empiricamente e de maneira dialógica, com intuito de solucionar problemas coletivos no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2008).

Em 2011 a INCOP deu início a suas atividades em João Monlevade, mais especificamente em 2016, notou-se a potencialidade da incubação da Associação



Maria Efigênia, que existe informalmente a mais de 50 anos com a produção de uma multimistura que é usada como suplemento alimentar para pessoas enfermas.

No trabalho realizado pela incubadora, cada empreendimento conta com a assessoria de uma equipe multidisciplinar com em média 3 alunos sob a orientação de um docente.

O acompanhamento da incubação se dá por meio de visitas semanais ao empreendimento, além disso, são realizadas oficinas, seminários e minicursos para articular os membros da Associação, propor e apresentar melhorias concebíveis aos empreendimentos, conciliando o saber popular e o conhecimento acadêmico.

INCOP E ASSOCIAÇÃO MARIA EFIGÊNIA: PROCESSOS DE INCUBAÇÃO, AVANÇOS E LIMITAÇÕES

Processo de incubação desenvolvido pela INCOP

O Laboratório de Extensão denominado Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (INCOP) teve suas atividades iniciadas por intermédio de um projeto em meados de Dezembro de 2011. A proposta promoveu-se a partir de crenças como a disseminação da Economia Solidária e da articulação da extensão, do ensino e da pesquisa atuando nos três campi da UFOP: Ouro Preto, Mariana e João Monlevade.

Já ano de 2012, na cidade de João Monlevade, a INCOP, fez exclusivamente um trabalho de mapeamento de empreendimentos sociais e solidários (EES). Nas cidades de Ouro Preto e Mariana o mapeamento ocorreu concomitante com o início do processo de incubação. Essa escolha foi forçadamente definida pela obtenção de recursos exclusivos para o mapeamento em João Monlevade, o que não ocorreu nas outras duas cidades.

O desafio de trabalhar simultaneamente nos três campi da universidade foi extremamente complexo, fato que juntamente com a falta de projetos para custear as atividades, favoreceu o encerramento das ações da incubadora em Ouro Preto e Mariana no final do ano de 2015.

Já ao referir-se sobre a denominação da incubadora, no ano de 2016 devido a uma decisão por parte do Instituto o programa recebeu o título de Laboratório de Extensão do campus. Em relação às finalidades da INCOP, a mesma possui como propósito dar suporte e estimular o desenvolvimento de empreendimentos solidários,



através de atividades de assessoramento como oficinas, palestras e acompanhamento próximo, contribuindo com os empreendimentos desde sua criação até sua consolidação.

A incubadora atua no empreendimento dedicando a suprir as necessidades quanto às dúvidas de gestão, de produção, financeiras, comercialização, organização do trabalho, como também, nas origens e desenvolvimento de uma nova cooperativa e associação, além de contribuir com a divulgação dos empreendimentos sociais e solidários. Para tanto, o laboratório possui em seu cerne as bases da autogestão, onde todos os envolvidos no empreendimento colaboram com seu gerenciamento de forma participativa e democrática.

Com um caráter multi e interdisciplinar a incubadora é composta por alunos dos cursos de engenharia de produção, engenharia elétrica, sistemas de informação e engenharia de computação, além de docentes e técnicos das mais diversas áreas de atuação. O trabalho permite aos docentes e discentes um aprendizado no que tange a comunicação visando o desenvolvimento do sentimento de empatia e da própria autogestão.

Dessa forma, a incubadora, dentre seus vários objetivos, tem a missão de implantar a ideia de participação democrática e solidária na comunidade para que os envolvidos possam ter retorno nas várias esferas sejam elas sociais, econômicas, políticas, dentre outros.

Metodologia de incubação

A metodologia implantada se baseia na pesquisa ação e na educação popular onde se busca a troca de conhecimento respeitando e aproveitando o saber popular, empírico existente na comunidade, utilizando-se dos princípios da Economia Solidária, no qual a participação coletiva e autogestão para as tomadas de decisão, e também as ações tomadas pelos trabalhadores envolvidos é fundamental para alcançar os objetivos. Aderindo o uso de tecnologias sociais no desenvolvimento de métodos, técnicas, ferramentas e/ou produtos em conjunto com a comunidade que propiciam a transformação social.

Os formadores da INCOP trabalham para articular o público alvo, discutindo e levantando junto aos empreendimentos suas reais necessidades com relação à área de gestão, propondo e apresentando melhorias que sejam validadas pelos



empreendimentos, de forma que eles se apropriem das atividades e acompanhem a implementação dos novos processos de trabalho construídos na interação entre o saber popular e conhecimento acadêmico.

A assessoria é realizada por equipes multidisciplinares, com a devida capacitação. O acompanhamento dos assessores varia de acordo com as demandas e necessidades do empreendimento, e acontecem através de cursos, palestras, seminários e até mesmo participação em reuniões das associações.

A Associação Maria Efigênia

Em uma residência no bairro Vila Tanque, há mais de 50 anos uma senhora fez de sua casa um verdadeiro ponto de ajuda às pessoas carentes. Dona "Maria da Lavagem", como era conhecida, sempre foi disposta a desenvolver ações solidárias como visita e banhos nos doentes. Mesmo tendo 13 filhos para criar, dividia o pouco que tinha com os menos favorecidos e começou a produzir e doar uma multimistura nutritiva para servir de suprimento alimentar para enfermos e para aqueles que não têm o que comer. Tendo dentro de casa o exemplo de Dona Maria que dedicou sua vida inteira ao projeto, sua filha Ana Elizabeth, presidente da Associação, decidiu perpetuá-lo após o falecimento de sua mãe e continua até hoje a recolher ingredientes para produzir a farinha. Mensalmente são produzidos de 500 a 750 pacotes da multimistura enriquecida com a ajuda de amigos, vizinhos e familiares.

No ano de 2011 a Associação Maria Efigênia (AME) foi criada, com o nome que homenageia Maria da Lavagem e promove a inclusão das minorias seguindo os princípios da economia solidária. O empreendimento oficializa o trabalho social realizado pela família, que se enquadra como defesa dos direitos sociais, atenção à saúde e promoção da qualidade de vida do ser humano.

Desde então, a Associação virou referência na cidade de João Monlevade e cidades circunvizinhas como ponto de apoio de pessoas necessitadas. Várias são as ações realizadas pela AME, entre elas campanhas para incentivar a doação de sangue, de roupas e brinquedos, alimentos para cestas básicas e ingredientes para a farinha, de materiais de higiene pessoal e limpeza, festas beneficentes, visitas ao Hospital da cidade, entre outros. Em suma é um local que oferece suporte de todo o



tipo para pessoas que se encontram em vulnerabilidade, seja econômica, social, de saúde ou familiar.

No ano de 2014 a Associação recebeu da Câmara Municipal de João Monlevade a partir da sanção da Lei nº 2.086, de 11 de Setembro de 2014 o título de utilidade pública, que é, segundo Bastos (2003), um título dado a entidades sem fins lucrativos que "têm o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade", se dispondo a abordar problemas sociais de forma a complementar a ação do Estado.

Já no ano de 2017 a Associação recebeu um comunicado de que está em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei PL 4275 de 2017 que declara a Associação como utilidade pública a nível estadual. Atualmente o projeto está aguardando designação do relator.

A Associação desenvolve trabalhos que fomentam a solidariedade em parceria com diversas organizações como a Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas), Arcelor Mittal, Rotary, Rotaract, Universidade Federal de Ouro Preto, negócios locais que realizam serviços contábeis e de advocacia, entre outras.

Os recursos que sustentam as atividades da Associação são advindos totalmente de doações de pessoas envolvidas com a causa, admiradas com o entusiasmo e fidelidade da presidente para com o projeto e empresas. O trabalho desenvolvido é uma entrega despretensiosa que acontece "dentro de casa" e ajuda incontáveis pessoas sendo de suma importância para o desenvolvimento social da cidade de João Monlevade e toda a região.

Avanços e conquistas do empreendimento

A associação Maria Efigênia, também conhecida como AME, encontra-se em processo de incubação por aproximadamente um ano. Durante a realização do processo de mapeamento de empreendimentos na cidade de João Monlevade em 2015, foi possível conhecer e compreender a realidade de diversas associações e cooperativas da região. A partir disso, no ano seguinte, a incubadora selecionou entre todos os empreendimentos mapeados, aquele que mais se adequada à filosofia de atuação e trabalho da INCOP.



Em Julho de 2016, foi realizado o IV Seminário de Metodologias de Incubação e Economia Solidária, onde o mesmo contou com a presença de uma das associadas onde foi possível realizar o primeiro contato com a associação. Houve um momento de diálogo entre os membros do grupo de trabalho e da associada, onde foi possível conhecer e discutir mais sobre as atividades desenvolvidas no empreendimento.

A partir das primeiras conversas, foi possível perceber que praticamente todas as atribuições e responsabilidades eram realizadas pela presidente do empreendimento. Além disso, também foi explanado que a associação necessitava de diversos modelos de documentos, como por exemplo, planilha para cadastro de beneficiados, modelo de ofícios e planilha para controle da produção do suplemento.

Após a criação desses documentos em conjunto com os associados, foi possível realizar o processo de cadastramento dos beneficiados. Foram distribuídos diversos postos para realizar as atividades e identificar os usuários dos serviços oferecidos. Após a identificação do número de beneficiados, o grupo de trabalho realizou a precificação de o suplemento alimentar, buscando identificar o preço unitário do pacote de farinha. Vale ressaltar que o suplemento não é comercializado, porém é necessário possuir dados consolidados para auxiliar na busca por entidades patrocinadoras.

Posteriormente, grupo de trabalho desenvolveu um plano de atividades para o empreendimento. A partir disso, a principal questão era a busca por novos patrocinadores, sendo em valor monetário ou em alimentos, para contribuírem com a fabricação do suplemento. Um dos principais gastos mensalmente na associação se dizia respeito ao recurso utilizado para custear a contabilidade. Entretanto, após contato com uma organização local, todo o serviço contábil passou a ser realizado gratuitamente como forma de apoio ao empreendimento.

Em referência a conquistas materiais, a associação foi beneficiada grandiosamente durante esses dois anos de incubação. Primeiramente, em Setembro de 2016 a associação recebeu um automóvel via doação por parte de uma Madre residente no Rio de Janeiro. O veículo foi de extrema importância para realizar o trabalho de entrega de doações, visto que a associação dependia da prefeitura municipal para o transporte o qual muitas das vezes não era disponibilizado.



Além disso, em Dezembro desse mesmo ano a AME foi contemplada com um convênio disponibilizado pela prefeitura de João Monlevade no valor de R\$5100,00 para compras de materiais para fabricar a multimistura. Além do valor monetário, através de decisão democrática na Assembleia na Câmara Municipal, foi doado para o empreendimento um terreno para que futuramente seja construída uma sede própria para a associação.

Outra conquista alcançada foi o recebimento de uma sede provisória para o empreendimento, visto que o mesmo funcionava em condições básicas na residência da irmã da presidente. A ideia principal foi escolher um local com o valor do aluguel que atendesse as exigências da prefeitura, além de promover a comodidade e a facilidade de acesso para as pessoas que necessitam buscar auxílio na AME.

Em relação a campanhas de arrecadação, a associação contou com o recolhimento de diversos alimentos através de campanha realizada pelos membros do grupo de trabalho da incubadora, campanha promovida pela Associação Atlética Acadêmica UFOP - João Monlevade e através do evento Calouro Solidário realizado pelo Diretório Acadêmico da Universidade Estadual de Minas Gerais - João Monlevade.

Além dessas campanhas de arrecadação, para projetos futuros serão desenvolvidos a coleta de lacres de latinhas para que os mesmos possam ser trocados por cadeiras de rodas para a associação, sendo estas disponibilizadas para pessoas necessitadas.

Em relação aos eventos promovidos pela associação, pode-se dizer que foram de extrema relevância para angariar recursos para o empreendimento, além de promover a coletividade e o espírito de liderança entre os membros da associação. Foram realizados almoços beneficentes, festas juninas e confraternizações. Além disso, houve também a inclusão do empreendiemento como entidade parceira na coleta de sangue para o Hemominas, que passou a acontecer quinzenalmente.

A partir disso, percebe-se o enorme crescimento da associação, seja em questões administrativas ou até para a obtenção de recursos. A criação de documentos e a realização de levantamentos de dados de beneficiados demonstrou a relevância que o empreendimento possui no município para com a população. Além disso, percebem-se as diversas parcerias que foram criadas e os muitos



colaboradores alcançados que se sensibilizaram com a causa da associação. A associação Maria Efigênia desenvolve um trabalho muito gratificante e que possibilitada atender uma maior diversidade causas sociais.

Limitações e dificuldades encontradas

O processo de incubação vivenciado por outras incubadoras e pela própria INCOP é um trabalho de muita complexidade e obstáculos dos mais diversos tipos. A maioria das metodologias, por mais que desenvolvidas corretamente e de acordo com a literatura estão sujeitas a falhas e adversidades que surgem ao longo do tempo.

Nos primeiros contatos com a presidente do empreendimento o grupo de trabalho percebeu um aspecto preocupante, esse seria a não participação efetiva de outros associados nas atividades do empreendimento. Entre as diversas tarefas desenvolvidas rotineiramente, tem-se a entrega de doações, a produção de o suplemento alimentar e a organização de campanhas para a doação de sangue para o hospital do município. A principal questão é que toda a responsabilidade por gerenciar a associação fica a cargo da presidente, com o auxílio apenas de alguns de seus familiares. Todos os outros associados que possuem representação em algum cargo apresentado no estatuto, não exercem concretamente suas respectivas atribuições.

Outro ponto observado ao longo do processo de incubação foi a dificuldade em manter uma comunicação clara e eficiente com a presidente. Durante diversas situações as atividades realizadas não eram informadas aos membros da Incop, como por exemplo, dia que seria produzido o suplemento, data da entrega de doações, reuniões a serem realizadas, entre outros. A responsável diversas vezes demorava um tempo considerável para retornar as ligações e mensagens enviadas pelo grupo.

Já em relação à organização de eventos, os associados sempre se mobilizavam para a coordenação do mesmo, muitas das vezes sem até necessitar do apoio da incubadora. Em diversas ocasiões era informado para os membros sobre uma ação que estava sendo organizado, muito tempo depois que a mesma já havia ocorrido. Entretanto, em diversas situações os eventos possuíam diversas falhas na organização que provavelmente não teriam ocorrido se o contato com a incubadora buscando auxílio tivesse sido feito anteriormente.



Em relação à situação financeira da associação, a mesma encontra-se cada dia mais decadente. O empreendimento não possui recursos para continuar exercendo suas atividades, visto que a única verba doada mensalmente é proveniente de um banco público, sendo essa uma quantia de R\$800,00. Entretanto, o valor recebido não é suficiente para atender a demanda dos necessitados. Além dos próprios ingredientes da farinha, gasta-se com embalagens e impressão das etiquetas com as informações nutricionais. A partir disso, a associação sempre realiza companhas de arrecadação de alimentos e utiliza os lucros obtidos com os eventos para a produção do suplemento.

Por fim, percebeu-se que apesar das dificuldades encontradas, a associação mantem-se forte para seguir suas diretrizes e continuar com as suas atividades. Sempre foi deixado bem claro que a principal preocupação do empreendimento seria auxiliar as pessoas necessitadas, independente das condições financeiras não favoráveis e da falta de recursos. Através do trabalho desenvolvido nesse um ano, os associados elevaram o vínculo afetivo com a associação, bem como desenvolveram a perspectiva solidária, humana e empática nos membros da incubadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio da participação da universidade, principalmente no que tange o trabalho das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, procura-se criar um contexto favorável e propício ao desenvolvimento do empreendimento. Isso implica em buscar soluções para as dificuldades e problemas dos empreendimentos de forma coletiva.

É possível perceber que a AME, na forma de um direito social apresenta grandes dificuldades para alcançar os resultados esperados pelos associados. Resultados esses que justificam a sua existência.

É possível perceber que a associação recebe com confiança a equipe de trabalho, considerando que o desenvolvimento do empreendimento será beneficiado com essa atuação. Ou seja, por meio do trabalho do grupo, em conjunto com a associação haverá ganhos efetivos para potencializar o os resultados.



Ao analisar o empreendimento após o acompanhamento da equipe da INCOP, embora o empreendimento ainda se depare com grandes dificuldades e limitações, é possível perceber um grande avanço quanto à sua participação e visibilidade na comunidade a qual está inserida. O que contribui para a redução dos impactos negativos causados pela diferença social. Isso porque muitas crianças carente e famílias necessitadas são beneficiadas pela multimistura e doações feitas pela AME.

Dessa forma, o grupo de trabalho da INCOP que assessora a AME trabalha na perspectiva de contribuir com maiores conquistas, considerando a importância dessa associação no combate à mazelas causadas pela desigualdade social, como a desnutrição por exemplo. O grupo busca também repassar conhecimentos provenientes da universidade que são importantes para a sobrevivência da associação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, S. B. **Participação Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. BASTOS. V. L. B. **Declaração de Utilidade Pública**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, 2003.

BAUER, Martins W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

COMPARATO, F.K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 7ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2010, p. 65 e ss.

CRUZ, A. **É caminhando que se faz o caminho** – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. Florianópolis, 2004. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 11^a ed. Rev. E aum. – São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 42-43.

GAIVIZZO, S. B. Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho: a experiência da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas. 2006, p 44. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GUIMARÃES, G. **Subvertendo e construindo o imprevisível**. In: Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate-Transformações no mundo do trabalho. São Paulo, Publicação Unitrabalho, 1999.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**: uma análise comparativa. 2008. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2008.



JEZINE, E. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2. 2004, Belo Horizonte, Anais... Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004, p 2.

REDE Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas. **Sobre – História.** Disponível em https://pt-br.facebook.com/pg/redeitcps/about/?ref=page_internal Acesso em 11 de agosto de 2017.

SILVA, M.D.S.; SILVA, A.S. A Importância das Redes de Cooperação Solidária como Fator Competitivo em Empresas Autogestionárias. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Rio de Janeiro, 2014.

SINGER, P. **Introdução á economia solidária.** 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Org). **A economia solidária no Brasil:** autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Cortez, 2000, 360 p.

FORUM Brasileiro de Economia Solidária. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em http://fbes.org.br/linha-detempo/> Acesso em 10 de agosto de 2017.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18.ed. Cortez, 2008.